

**7º CONGRESSO NACIONAL DOS ECONOMISTAS “GLOBALIZAÇÃO,
PROTECCIONISMO E O FUTURO DA EUROPA”**

SESSÃO DE ABERTURA

Quinta, 12 outubro 2017, 9:00

Fundação Calouste Gulbenkian, Auditório 2

Senhor Ministro da Economia, (Prof. Doutor Manuel Caldeira Cabral)

Senhor Bastonário da Ordem dos Economistas, Caro Amigo, (Dr. Rui Leão
Martinho)

Ilustres Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com o maior gosto que a Fundação Calouste Gulbenkian acolhe, mais uma vez, o Congresso Nacional dos Economistas. Para mim, como Economista, constitui mesmo uma imensa honra, quanto mais não seja pelo facto inédito de, pela primeira vez na sua história, a Fundação ser presidida por uma economista!

Felicito o Senhor Bastonário e Colega por esta iniciativa. Os temas escolhidos para discussão são da maior atualidade e importância. E vêm no momento certo. As respostas que soubermos dar aos problemas da globalização, do proteccionismo e do futuro da Europa, não só terão consequências nos dias de hoje mas também, e talvez isso seja o mais importante, formatarão a vida, e o modo de vida, das gerações futuras.

Gostaria de partilhar convosco muito brevemente algumas ideias sobre estes temas. Naturalmente, vou fazê-lo de forma sumária e simples, não se assustem. Os que aqui irão falar hoje e amanhã terão oportunidade de os aprofundar e, quem sabe, de os esclarecer.

Vou começar pela globalização e pelo protecionismo, questões que a meu ver estão intimamente ligadas.

Temos vindo a assistir, recentemente, ao recrudescer de ímpetos protecionistas, apresentados como sendo a necessária resposta a uma globalização, cujos benefícios estariam a ser mal distribuídos, quer entre países, quer dentro dos próprios países.

O mais recente impulso dado à causa do protecionismo foi-nos oferecido pelo Presidente Trump, que o inseriu, logicamente, numa atitude unilateralista de ver o mundo. Será esta nova atitude dos EUA boa para Portugal? Bem sei que da retórica aos factos vai uma certa distância, pelo que um juízo completo ainda não pode ser feito. Mas para uma pequena economia aberta como Portugal os ímpetos protecionistas são danosos. Nos locais próprios temos de estar preparados para os contrariar. Diria o mesmo em relação ao unilateralismo, uma vez que é no multilateralismo que Portugal se sente mais confortável.

Mas esta problemática também existe na Europa. Por exemplo, no seu recente discurso no Parlamento Europeu, o presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker – embora o tenha feito no quadro de uma política comercial ativa – argumentou a favor do escrutínio, a nível europeu, do investimento estrangeiro na Europa.

O objetivo será assegurar a segurança da Europa, mas devemos olhar para esta proposta com cuidado. Portugal precisa, e precisará, de investimento (tal como referido no estudo *Investimento Empresarial em Portugal*, promovido pela Fundação, *no âmbito de um desafio lançado pelo Presidente da República e que será apresentado publicamente em dezembro na Universidade do Minho*) e, acima de tudo, precisamos de investimento estrangeiro!

Como se diz em Bruxelas “affaire à suivre”, e com muita atenção acrescentaria eu.

De uma maneira ou de outra, a globalização e o protecionismo também têm a ver com o Brexit, questão que é muito mais ampla e complexa. Não queria entrar na discussão de quem perde e quem ganha com a decisão do Reino Unido, mas em termos económicos, agregados, parece ser consensual que o Reino Unido terá mais a perder do que a União Europeia.

Mas não será necessariamente assim em todos os sectores. Um domínio em que penso ser importante manterem-se as ligações entre o Reino Unido e a UE é no domínio da ciência.

Como sabem, a ciência e, sobretudo, a aposta na ciência e na inovação é fulcral para a corrida de fundo que temos que fazer para o nosso desenvolvimento. É uma área muito cara a esta Fundação. São muitas as atividades em que a Fundação apoia a ciência, desde logo através da investigação desenvolvida pelo Instituto Gulbenkian Ciência, instituto precursor na investigação em biomedicina em Portugal e na própria qualificação do sistema científico nacional através do seu pioneiro Programa de Doutoramento. Mas também pelo extenso programa de bolsas de estudo que permitiu, em mais de 60 anos, a quase 80 mil pessoas prosseguirem os seus estudos, em todas as áreas.

Mas regresso ao Reino Unido, que é uma verdadeira potência no domínio da ciência e da investigação e que julgo ter um interesse genuíno em manter uma relação muito próxima da UE nestes domínios.

Na minha opinião, a UE deverá ser capaz de responder com um interesse idêntico. Faça, por isso, daqui um apelo para que o Brexit permita que as

relações, eu diria mais, que as **pontes** entre o Reino Unido e a UE no domínio da ciência não só se mantenham, como possam continuar a intensificar-se no futuro. Registo com muito agrado que o nosso compatriota, responsável pela ciência na Comissão Europeia, partilha a necessidade de manutenção de uma linha de diálogo com o Reino Unido.

Por outro lado, como todos sabemos, um dos temas centrais que conduziu ao Brexit foi o da **imigração e dos fluxos migratórios**, que necessariamente inclui os refugiados, assuntos que serão certamente abordados neste Congresso. As migrações estão na Agenda da Fundação praticamente desde o seu início, não fora o nosso Fundador um refugiado do seu tempo. Para grande benefício do nosso País.

Permitam-me que registre a satisfação com que vejo a Fundação inserida nos círculos que, a alto nível internacional, e na área não-governamental, acompanham o problema, muitas vezes dramático, dos fluxos migratórios. (Transatlantic Council on Migrations)

O terceiro tema central deste Congresso é o **futuro da Europa**. Estamos a viver um momento que, espero, possa conduzir a mais um passo em frente na construção de uma Europa mais forte e mais unida.

Há toda uma constelação de fatores propícia a tal desenvolvimento. Aos fatores “exógenos” tais como a convergência dos Países Membros em resposta à “Trumpolitics”, a unicidade na reação ao desafio do Brexit, ou a boa situação económica, vieram juntar-se **iniciativas fortes da esfera política**.

O novo Presidente da França apresentou-se como um ardente defensor da Europa. Na Sorbonne, há pouco mais de duas semanas, proferiu um discurso que se pode qualificar como uma proposta para a **refundação da Europa**. Também

no mês passado o Presidente da Comissão Europeia apresentou no Parlamento Europeu propostas e linhas de ação para o aprofundamento da União.

É por isso que aguardo com o maior interesse a discussão, que todos vós ireis ter neste Congresso, sobre o futuro da Europa. Mas sendo este um Congresso de Economistas deixem-me tocar em algumas propostas apresentadas para o aprofundamento da UEM.

Peguemos no Fundo Monetário Europeu cuja criação, a partir do Mecanismo de Estabilidade Europeu, foi proposta por Juncker. Quais serão as consequências no arranjo institucional da União Europeia? Por exemplo, qual será o papel da Comissão Europeia no Fundo Monetário Europeu? Continuará a Comissão ser a responsável pela supervisão da situação orçamental dos Estados Membros tendo em vista evitar “erros grosseiros” tal como consta atualmente do Tratado?

E o orçamento para a área do euro? Juncker propõe uma linha orçamental específica fazendo parte do orçamento da União Europeia. Macron prefere para o euro um orçamento autónomo, financiado por novas receitas. Qual a magnitude financeira do orçamento da zona euro? [A “função de estabilização” requererá necessariamente maiores níveis de liquidez?]

Quais serão os poderes de um ministro europeu da Economia e das Finanças? Como será nomeado? Responderá perante quem? Naturalmente, é preciso esperar pelas propostas concretas para se poder formar uma opinião, nunca esquecendo a dupla legitimidade da União, de Estados e de Cidadãos.

Estas e outras questões terão a seu tempo de ser respondidas. Penso que a Ordem dos Economistas pode aqui ter um papel muito importante.

Tenho a sincera esperança em que a atual favorável conjuntura política e económica conduza, com paciência, cabeça fria e empenho, a uma **União Europeia mais forte, mais próspera e mais justa.**

Minhas senhoras e meus senhores, Caros Colegas,

Algumas considerações breves sobre a economia portuguesa. Portugal tem de ser capaz de se situar numa trajetória de crescimento sustentado e de convergência para a UE. Para convergir Portugal tem de crescer mais que os seus parceiros europeus. Não basta crescer, é preciso crescer mais que os outros!

Muitos dos desafios colocados à economia Portuguesa poderão ser ultrapassados se respondermos, correta e coerentemente, a algumas questões-chave, a saber: Competitividade, Investimento, Produtividade, Contas Públicas, Segurança Social, Educação, Demografia. Muitas delas serão abordadas neste Congresso.

O painel sobre o enquadramento macroeconómico proporcionará, estou certa, um vivo debate sobre estes assuntos. Também se poderá debruçar sobre questões de mais curto prazo, como por exemplo o efeito do fim do “Quantative Easing” do Banco Central Europeu. Ou seja, da subida das taxas de juro. Será bom para quem poupa e para quem empresta, será mais difícil para quem tem de pedir emprestado. **Portugal deverá preparar-se.** Pôr a dívida pública numa trajetória claramente descendente é a maneira mais segura de evitar um aumento do custo do financiamento. Reduzir o défice orçamental é uma condição necessária para que isso aconteça. É um imperativo nacional, é um imperativo “endógeno”, não é uma mera imposição de Bruxelas.

Para terminar, uma das questões que tenho sempre presente e que muito me preocupa é a **questão das crescentes desigualdades**. Nos últimos anos temos assistido, infelizmente, a um aumento dos níveis de desigualdade tanto em Portugal como nos restantes países desenvolvidos. Em particular, no caso

português preocupa-me, por um lado, o facto de a crise financeira ter gerado uma quebra nos rendimentos das famílias, em especial nas famílias com menores rendimentos; por outro, o facto de se verificar uma acumulação excessiva de rendimentos e riqueza no topo da distribuição.

Tem existido uma preocupação crescente com esta questão que não se deve prender apenas com o facto de o aumento das desigualdades prejudicar o crescimento económico, mas também sobre a necessidade de definir políticas estruturais que coloquem a economia de novo no caminho do crescimento sustentável. Este caminho **deverá refletir uma maior igualdade de oportunidades, uma maior mobilidade social, bem como uma maior preocupação com a atual incidência da pobreza nas crianças e nos jovens.**

Tenho a certeza que o Congresso Nacional dos Economistas contribuirá para um novo olhar para as discussões que se colocam.

A gestão da economia de Portugal processa-se, e sobretudo irá processar-se, num contexto de alteração dos paradigmas tradicionais, trazida pela revolução digital e pela generalização da robótica e da inteligência artificial. Um desafio que não é pequeno!

Mas as potencialidades também são imensas.

A Fundação Calouste Gulbenkian está muito atenta a estas mudanças de paradigma sobre as quais se vem debruçando com o auxílio de peritos nacionais e estrangeiros. As nossas reflexões mostram que a resposta a estes abalos passa sempre pela adaptabilidade seja das pessoas, das empresas ou das instituições.

Como garantir que a nossa sociedade se torne mais maleável dotando os seus agentes com maior adaptabilidade? Um verdadeiro desafio.

Esta Fundação está empenhada em contribuir, em conjunto com a área pública, o sector privado e o terceiro sector, para uma resposta que garanta que o bem-estar chega a todos e que a dignidade da pessoa humana seja **sempre** respeitada.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Isabel Mota